

RECURSO QUESTÃO 39 (PROVA A)

39ª QUESTÃO – Analise as assertivas abaixo e, a seguir, marque a alternativa **CORRETA**:

- I. Um policial militar, após efetuar a apreensão de um adolescente pelo cometimento de um ato infracional, o submete a vexame perante terceiros. Posteriormente, o mesmo policial militar divulgou, sem autorização de quem de direito, junto a mídias sociais, o Boletim de Ocorrência por ele redigido, no qual continha os dados de identificação do mesmo adolescente, arrolado como autor do ato infracional.
 - II. A associação criminosa para a prática de crimes hediondos e a ele equiparados, em que pese não ser um crime hediondo, teve a sua pena cominada, mínima e máxima, aumentada pela Lei n. 8072/1990, Lei dos Crimes Hediondos. Agora, a mesma lei prevê que o associado que denunciar à autoridade o bando ou quadrilha, possibilitando a identificação dos seus membros, terá a sua pena reduzida.
 - III. O fato de negar ou obstar emprego em empresa privada ou de impedir ou obstar o acesso de alguém, devidamente habilitado, a qualquer cargo da Administração Direta ou Indireta, bem como das concessionárias de serviços públicos, em razão de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional, constitui crimes de racismo.
 - IV. Sabe-se que a PMMG passou a registrar, na maioria dos municípios do Estado, o Termo Circunstanciado de Ocorrência (TCO). Contudo, haverá situações em que o TCO não poderá ser lavrado, como, por exemplo, no caso de crime de menor potencial ofensivo contra a mulher.
 - V. A Lei n. 12.850/2013 (Lei das Organizações Criminosas) define o que vem a ser organização criminosa e estabelece a sua aplicação às organizações terroristas, sem, contudo, estabelecer o que seriam atos de terrorismo. Traz, também, o instituto da colaboração premiada, cujos benefícios previstos na lei serão concedidos ao integrante da organização cuja colaboração, dentre outros requisitos, advenha um ou mais dos seguintes resultados: a identificação dos demais coautores e partícipes da organização criminosa e das infrações penais por eles praticadas; a revelação da estrutura hierárquica e da divisão de tarefas da organização criminosa; a prevenção de infrações penais decorrentes das atividades da organização criminosa; a recuperação total ou parcial do produto ou do proveito das infrações penais praticadas pela organização criminosa; a localização de eventual vítima com a sua integridade física preservada.
- a) A assertiva I descreve dois crimes previstos na Lei n. 8069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), praticados pelo policial militar.
 - b) Abstraindo-se a discussão acerca da atribuição legal da Polícia Militar para a lavratura do TCO em face dos crimes de menor potencial ofensivo, pode-se dizer que a assertiva IV está correta já que a Lei Maria da Penha afasta a aplicação da Lei n. 9.099/1995 nos crimes de violência contra a mulher.
 - c) A assertiva II está incorreta. Agora, muito embora as condutas mencionadas na assertiva III sejam crimes de racismo tipificados na Lei n. 7716/1989 (define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor), a assertiva (III) também está incorreta, considerando que, de acordo com a Lei 8072/1990, os crimes de racismo não são hediondos nem equiparados a crime hediondo.
 - d) A assertiva V está incorreta.

A segunda parte da alínea C menciona o item III como errado. Contudo, em nenhum momento o item III mencionou que o crime era hediondo ou equiparado